

Três guerras em curso: contra o povo Palestino, contra a produção do conhecimento e contra a formação docente

*“Os corações
(assim como as pátrias)
não deviam ter fronteiras.
Queria explodi-los
em suspiros, gozo e anátemas
para que de tantos pedaços
brotassem outras centenas.
Os corações
(assim como as pátrias)
não deviam ter fronteiras...
mas têm.”
(Iasi, 2011)*

Neste Editorial, de segundo trimestre deste ano, destacamos e denunciaremos a guerra contra o povo palestino, que revela a brutal desumanização em que vivemos. Ao mesmo tempo, ressaltamos os ataques cada vez mais fortes ao processo de formação humana entre eles, às políticas voltadas ao ensino superior e à formação docente.

Os ataques do Estado de Israel contra a Palestina não começaram hoje. Já se passaram quase dois anos desde que Israel ampliou sua guerra contra Gaza, deixando um rastro de destruição sem precedentes, especialmente de crianças, mulheres e idosos. Mas, essa guerra também não começou há dois anos. São 77 anos de ocupação sionista e 18 anos de bloqueio da Faixa de Gaza, privando a população de seus direitos fundamentais. Podemos remetê-la à guerra de 1948 e a Nakba, quando Israel expandiu seu controle para 78% da Palestina histórica, expulsando mais de 700 mil palestinos, de acordo com a jornalista Tali Feld Gleiser, do Portal Desacato (2023; 2025)¹. Segundo Gleiser, a Guerra dos Seis

¹ Portal Desacato, publicações de 24/03/2023 e 24/09/2025. Disponível em: <https://desacato.info/cronicas-da-palestina-ramada-ramada-por-tali-feld-gleiser/> e <https://desacato.info/1947-1967-e-hoje-tres-marcos-da-despossecao-palestina-por-tali-feld-gleiser/>. Acesso em: 25/09/2025

Dias, em 1967, marcou nova ruptura, quando Israel ocupou militarmente Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Gaza. De lá para cá, segue a expropriação contínua de território palestino e a negação de sua soberania.

Conforme divulgado pelo Portal de notícias G1 (11/06/2025)², até início de junho deste ano morreram com esta guerra 1.600 cidadão do lado de Israel contra mais de 55.000 palestinos – quantidade que pode ser muito superior pelos desaparecidos e pela dificuldade de buscas entre os escombros nas cidades na Faixa de Gaza.

Como nos explica a Professora Arlene Clemesha (2024),

O povo palestino resiste há um século à sua desumanização, desenraizamento e expropriação. Rejeita a implantação do colonialismo em suas terras e repete, também há cem anos, que jamais teve problema com o povo judeu, com quem conviveu em paz ao longo dos tempos – diferentemente da Europa, cuja história de perseguição aos judeus culminou no Holocausto.

Na mesma direção, Iasi (2023) destaca que esta e outras guerras contemporâneas, não são entre povos, mas entre Estados, permeada pelos interesses de expansão capitalista. Huberman (2025) afirma que “há claramente uma dificuldade em distinguir Estado, povo e etnia: Israel, os israelenses e os judeus. A crítica anticolonial a Israel não tem nada de antisemitismo, pois não é direcionada ao povo judeu, mas ao Estado colonial israelense.”

Faz-se importante essa diferenciação para superar discursos políticos e midiáticos, que não mostram para além da aparência do processo e que tentam constranger críticas e retaliações à Israel. O que temos visto é a propagação de narrativas propositalmente equivocadas da história, que, se não rompidas, chegarão ao chão da escola e serão reproduzidas e fortalecidas a partir da versão da história contada pelo colonizador (Losurdo, 2014; Iasi, 2023; Bento, 2024).

Para compreender a origem deste conflito, marcado por interesses econômicos, políticos e geográficos, que expressa a ação imperialista e colonialista de Israel e dos Estados Unidos, com apoio de outros Estados, sobre o povo palestino, recomendamos, entre outras possibilidades, a leitura dos livros de Breno Altman (2023), “*Contra o Sionismo: retrato de uma doutrina colonial e racista*”, e o de Arlene Clemesha (2025), “*Marxismo e judaísmo: história de uma relação*

² Portal G1, por Reuters, publicado em: 11/06/2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/06/11/mortes-em-gaza-pela-guerra-passam-de-55-mil-diz-governo-do-hamas.ghtml>. Acesso em: 02/07/2025

difícil”. Há ainda outros bons artigos que tratam do assunto, trazendo com análises de conjuntura e demonstrando as conexões e interesses por detrás deste massacre na Faixa de Gaza (Losurdo, 2014; Iasi, 2023; Clemesha, 2024; Bento, 2023; 2024).

Estes pesquisadores têm nos mostrado e denunciado que o povo palestino está sendo exterminado, paulatinamente, num processo intensificado pelo uso da força bélica israelense e estadunidense, sem limites e escrúpulos, tendo como principais vítimas civis, particularmente, crianças, mulheres e idosos. Israel tem barrado e impedido qualquer ajuda humanitária para os palestinos e tudo mais que possa ser fonte e esperança mínima de vida³. Até a grande mídia precisou reconhecer neste ano que a força é desproporcional e cruel, matando a população de fome, debaixo dos escombros ou com armas de fogo. Matam aquelas que fazem nascer as próximas gerações, os que podem ser a chance de futuro de uma nação e aqueles que construíram sua história. Estão destruindo as escolas⁴, as casas, os abrigos, as famílias dessas crianças, os hospitais etc. Como denuncia a Professora Berenice Bento (2024)

A grande contribuição de Israel ao mundo globalizado têm sido suas tecnologias produtoras da morte. [...] Matar, sem saber se são crianças, mulheres, bebês. Ser palestino já é a sentença de morte. Ao longo de 76 anos, Israel foi aprimorando as técnicas de morte na guerra demográfica contra o povo nativo. (Bento, 2024)

Confirma-se a “guerra demográfica” e a brutalidade do colonialismo israelense, entre outros motivos, pelos ataques às crianças. Para se ter uma ideia, em abril de 2024 a Câmara dos Deputados no Brasil realizou um debate sobre esta guerra, divulgando que em 200 dias do conflito quase 43.000 palestinos teriam morrido, sendo que 44% de crianças, seguida pela morte de mulheres (24,5%)⁵. Em setembro do mesmo ano quase 17.000 crianças foram mortas, sem contar as feridas e desaparecidas⁶. Apenas nos últimos dez dias do mês de março de 2025, a

³ Como a interceptação da embarcação da *Flotilha da Liberdade* que foi bombardeada e interceptada, prendendo os 12 tripulantes ativistas – incluindo brasileiros – que levavam apenas comida e remédio para população na faixa de Gaza, tentando romper o cerco e a barreira israelense. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-06/barco-com-ativistas-esta-48-horas-de-gaza-com-ajuda-humanitaria>

⁴ Há registros no Brasil sobre a destruição das escolas na Palestina, pela ocupação de Israel, desde 2014, mostrando como crianças, jovens e adultos são afetados no seu processo formativo e vilipendiados de um direito básico: a educação (Makhalfá, 2014).

⁵ Notícia publicada pela Agência Câmara de Notícias, publicado em: 25/04/2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1056658-criancas-e-mulheres-sao-as-maiores-vitimas-da-guerra-na-faixa-de-gaza-ressaltam-debatedores/>. Acesso em: 02/07/2025

⁶ Portal Uol, publicado em: 20/09/2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2024/09/20/guerra-em-gaza-ja-deixou-mais-de-16-mil-criancas-mortas.htm>. Acesso em: 02/07/2025

Unicef divulgou que 322 crianças foram assassinadas e pelo menos 600 ficaram feridas na Faixa de Gaza. Não há outro nome para isso que não GENOCÍDIO!

As evidências desta brutalidade parecem ser insuficientes para todos se colocarem contra o Estado sionista de Israel e que consigamos mundialmente barrar sua ação. Apesar disso, há movimentos de resistência e denúncia, como manifestos, notas de repúdio, passeatas, pressões sobre governos para romperem relações com Israel, tentativas de romper o cerco e levar ajuda humanitária por mar ou terra, entre outros. No Brasil, destacamos a nota produzida pelo Grupo de Trabalho da ANPEd, GT-07, publicizada em 09 de novembro de 2023, chamada de “Manifestação do GT 07 – Educação de Crianças de 0 a 6 sobre o impacto dos ataques de Israel contra a Palestina sobre as vidas das crianças”, no qual afirma-se que “Proteger as crianças palestinas é proteger a vida. É proteger a infância. É cuidar de um projeto de sociedade humanitário. Um projeto em que o Estado se ocupe de defendê-las do horror da guerra, da fome, da miséria e da violência”.

A história vivenciada pelas crianças, a destruição total de escolas em Gaza e por toda população desta nação está marcando uma triste e vergonhosa página da história da humanidade e da história da educação. Para além da dura realidade que estão vivendo hoje, as consequências deste processo poderão ser muito mais duradouras do que possamos imaginar. Poderá perdurar ainda mais a depender do tipo de educação e de acesso aos conhecimentos acerca da história que serão transmitidos às próximas gerações – uma vez que a história oficial tende a ser redigida e disseminada silenciando a voz e o sofrimento dos reais oprimidos.

Pelo exposto, registamos nossa preocupação e indignação com a violência que estão submetidas a população em geral e, especialmente, as crianças deste país. Como não poderia ser diferente, nos solidarizamos pela luta do povo palestino e nos colocamos ao lado daqueles que lutam pelo fim deste genocídio e da política colonialista e expansionista do capital imperialista, representado por Israel e Estados Unidos.

Uma vez que estamos mencionando a história e retomando a composição de artigos desta edição da Perspectiva, cabe indicar que o Ensino de História, sua constituição como campo de estudo e como currículo da educação Básica no Brasil é o tema do dossiê desta edição. Intitulado “O Ensino de História na encruzilhada: ontologia, epistemes e epistemologias” foi organizado por Juliana Alves de Andrade (UFRPE), Marcus Leonardo Bomfim Martins (UFJF) e Monica Martins

da Silva (UFSC). Nele, conforme apresentado pelos organizadores, são abordados alguns aspectos que podem nos ajudar a pensar sobre as histórias silenciadas e as lutas que ainda precisam ser travadas.

Os dois outros fatos históricos que comentaremos, direcionado ao nosso país, tratam (in)diretamente da formação docente. Tem sido largamente discutido na área da educação a expansão do ensino superior pelo setor privado, da concentração da formação de professores no país na modalidade à distância (EaD) e por instituições de ensino superior privadas (Sguissardi, 2008; Seki; Souza; Evangelista, 2017; Minhoto; Bielschowsky; Aguiar, 2024). Em 2023 o próprio governo, ao divulgar o Censo do Ensino Superior, apontou um aumento de 180% em cursos de graduação em EaD, comparando com os quatro anos anteriores. Nas licenciaturas as matrículas nesta modalidade concentravam 61% (INEP, 2023).

Diante deste quadro, o governo federal publicou dois documentos importantes sobre o tema em maio do corrente ano: um deles foi o Decreto n. 12.456, de 19 de maio de 2025, que trata do novo regramento da oferta de educação à distância em cursos de graduação; e a Portaria MEC n. 381, de 20 de maio, que define regras e prazos para a aplicação do referido Decreto (Brasil, 2025a; 2025b). Esses dois documentos oficiais colocam alguns condicionantes para esses tipos de cursos de graduação, reorganizam o trabalho pedagógico na EaD nacional e definem alguns cursos que não poderão mais serem ofertados nesta modalidade. Infelizmente, as licenciaturas não foram colocadas nesta lista, apenas passaram de EaD para semipresenciais, com ampliação da carga horária prática a ser cumprida de forma presencial, sendo parte dela de forma síncrona.

O terceiro fato se refere ao Programa “Universidade Gratuita”, lançado pelo Governador de Santa Catarina em outubro de 2023, que destina recursos públicos para financiar cursos de graduação em instituições privadas, do tipo comunitárias, ao invés de ampliar a oferta de cursos pela sua única universidade estadual – a UDESC. A Associação dos Professores da Udesc (Aprudesc), divulgou em uma nota de 24 de outubro de 2024, que os gastos com este Programa equivaliam a 90% do orçamento liberado para a referida Universidade estadual⁷.

⁷ Notícia da Aprudesc, por Silvia Medeiros, publicada em: 24/10/2024. Disponível em: <https://aprudesc.com.br/2024/10/24/universidadegratuita90udesc/>. Acesso em: 02/07/2025

Outro agravante deste Programa veio a público em junho de 2025, com o relatório do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC)⁸, que apontou dezenas de indícios de irregularidades nas matrículas financiadas pelo governo. Como alternativa diante dos problemas, o governador enviou para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) um projeto de lei que fará ajustes no Programa e incentivará, ainda mais, a formação docente neste estado por meio dessas instituições privadas.

Em síntese, presenciamos com estes dois últimos fatos mencionados – em âmbito federal e estadual – o crescimento e aprofundamento da mercantilização da formação docente, e como isso vem ocorrendo com o apoio do Estado, com o poder público atuando com empenho para o atendimento dos interesses do setor privado. Precisamos continuar acompanhando com cautela e denunciando essas articulações políticas privatistas, que são muito nocivas à formação de professores e para a educação.

Após essas ponderações, convidamos os leitores da Perspectiva para prestigiarem os artigos desta edição, que traz o dossiê sobre Ensino de História e mais dez artigos de demanda contínua, que apresentamos a seguir. Vários desses artigos reforçam as preocupações indicadas, especialmente, sobre a formação de professores.

Um dos artigos desta edição que trata da formação docente é **“O estágio não-obrigatório no curso de Pedagogia: contribuições formativas e contradições presentes”**, escrito por Heloísa Alves Martins da Rocha (UEL) e Mariana Vaitiekunas Pizarro (UEL). Nele discute-se o caráter formativo do estágio não-obrigatório, com sua base legal, seus limites e suas possibilidades. A partir da experiência de 22 estudantes de Pedagogia de uma das universidades do Norte do Paraná com este tipo de estágio, as autoras apontam que entre os maiores desafios identificados estão a dificuldade de se ter uma supervisão efetiva desses estágios e fazer com que esta experiência seja formativa e não apenas trabalho precarizado.

O Curso de Pedagogia, com suas polêmicas históricas, também é tratado no artigo **“(Des)articulações entre o campo teórico-investigativo da Pedagogia e a práxis profissional: significações de professores-formadores de cursos de**

⁸ Notícia do TCE/SC, publicada em: 11/06/2025. Disponível em: <https://www.tcsc.tc.br/tcsc-apresenta-dados-de-indicios-de-inconsistencias-no-universidade-gratuita-e-no-fumdesc-e>. Acesso em: 02/07/2025

Pedagogia”, dos professores Jefferson da Silva Moreira (UEFS), Fabrício Oliveira da Silva (UEFS) e Aline Daiane Nunes Mascarenhas (UNEB). Os autores, vinculados à Rede Nacional de Pesquisadores em Pedagogia (Repped), realizaram uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória, entrevistando quatro professores atuantes no Curso de Pedagogia de universidades públicas da Bahia. Com estes buscaram captar as significações quanto à definição de Pedagogia, como campo de conhecimento, e suas possíveis implicações, desafios e potencialidades na formação de pedagogos/as. Ao fim, fazem a defesa da Pedagogia como ciência da Educação, criticam o projeto formativo do Curso de Pedagogia na atualidade, centrado na docência, e indicam que se faz necessário diferenciar a Pedagogia como campo de conhecimento, como curso e como profissão.

O terceiro artigo em que o Curso de Pedagogia aparece, mas agora focando as características de suas estudantes, é o **“Perfil das estudantes do curso de Pedagogia: cor, gênero e desafios na trajetória acadêmica”**, de Ivone Jesus Alexandre (UNEMAT), Caroline Mari de Oliveira Galina (UNEMAT), Gregory Duarte Juffo (UNEMAT) e Francisco José Gomes Pereira (UNEMAT). Com uma pesquisa de campo que buscou captar o perfil dos estudantes da Unemat, *campus* Sinop, os autores apresentam uma revisão bibliográfica sobre a centralidade das mulheres na docência; o contexto da cidade, da Universidade e do Curso em questão; e mapearam o perfil das estudantes do referido Curso, com aplicação de 122 questionários, sendo 116 do sexo feminino. Concluem que “a falta de tempo está entre as maiores dificuldades elencadas”, além das dificuldades de conciliar trabalho e estudo e pela escassa política de permanência da Instituição.

Marcio Trevisol (UNOESC), Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UFSM) e Davi Alexandre Schoenardie (UNOESC) são os autores de **“Políticas de formação docente no curso de pedagogia: desafios e perspectivas dos egressos de uma Instituição Comunitária de Educação Superior (2019-2022)”**. Nele encontramos um mapeamento de egressos do curso de Pedagogia da UNOESC (entre 2019 e 2022), com dados coletados via questionário, relatando as condições de trabalho dos egressos. Os autores defendem ao final do artigo pela “criação de políticas de incentivo a inserção dos pedagogos ao mundo da pesquisa, além de uma valorização salarial desses profissionais”.

Com outras temáticas, agora voltadas a distintas experiências em redes de

ensino, temos três artigos no grupo de demanda contínua. Um deles é denominado de **“Os grêmios estudantis em escolas municipais de Florianópolis: entre a tutela e a auto-organização”**, de autoria de Juliana Rodrigues Walendy (Prefeitura Municipal de Florianópolis) e Sandra Luciana Dalmagro (UFSC). Parte de um referencial teórico crítico, como Enguita, Snyders e Freitas, “e das experiências soviéticas de auto-organização estudantil (Pistrak e Shulgin)” para compreender a constituição, a forma de organização do movimento estudantil e a atuação de docentes neste processo em duas escolas da referida Rede Municipal. As autoras destacam a importância, as contribuições e o caráter educativo do movimento estudantil, e alertam para as contradições encontradas na Rede pesquisada, que indicam uma “vertente burocratizada e tutelada”.

No outro artigo, **“Concepções e práticas avaliativas na rede pública de ensino do Distrito Federal: uma leitura do proposto”**, temos a discussão sobre a política de avaliação definida no documento “Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala”, publicado em 2014, pela rede pública do Distrito Federal. Produzido por Cecille Gabrielle Dias de Oliveira Santos (UnB), Edileuza Fernandes-Silva (UnB) e Railma Aparecida Cardoso Marinho (Unimontes), o texto é fruto de uma pesquisa bibliográfica e documental, que se utilizou da Análise de Conteúdo de Bardin. No artigo encontramos uma caracterização desta Rede de ensino; a análise do referido documento; e o entendimento dos autores quanto à relação do trabalho pedagógico com a avaliação.

O texto **“A disciplina de Trabalhos Manuais no currículo da Pedagogia Waldorf: sentidos através das narrativas visuais”** foi produzido pelas professoras Heloisa Sbrissia Selzler (UTFPR) e Andréa Bezerra Cordeiro (UFPR). As autoras apresentam uma pesquisa etnográfica realizada em 2021, com uma turma de 5º ano do ensino fundamental de uma escola Waldorf do estado do Paraná. Fazem uma breve apresentação sobre a Pedagogia Waldorf, mostrando como está organizado o currículo deste componente nesta tendência pedagógica e como é realizado o trabalho. Com um artigo repleto de fotos, fazem “narrativas visuais” dessas imagens, buscando explorar os sentidos atribuídos pelas crianças ao participarem dessas aulas.

Com uma discussão mais teórica, o pedagogo e filósofo Jonas Bach Junior (UFTM) é autor de **“O aprendizado sob a perspectiva da**

fenomenologia". Nele, discute a partir da fenomenologia os sentidos do "aprendizado humano como objeto intencional", não se limitando à realizada na educação formal, institucionalizada. Faz uma revisão sobre esta corrente de pensamento, trazendo sua definição e crítica ao aprendizado instrumental e pragmático que vigora na educação atual. Por fim, faz uma defesa aos sentidos da categoria supracitada na abordagem fenomenológica.

As políticas de ações afirmativas são abordadas no artigo "**Política de ação afirmativa no ensino superior: mapeamento do acesso dos cotistas negros da UFMA pós-impactos da lei 12.711/2012**". A pesquisa, do tipo exploratória-descritiva, de Angelo Rodrigo Bianchini (UFMA), Acildo Leite da Silva (UFMA), Fernanda Motta de Paula Resende (UNESP) e Rodvania Frazão Macedo (SMSL/MA) visou "mapear o acesso dos estudantes pretos e pardos que ingressaram na UFMA pela Política de Ação Afirmativa, buscando compreender qual o impacto da implantação da Lei nº 12.711 em termos de avanço ou retrocesso sobre a presença da população negra no ensino superior." No artigo os autores retratam com dados quantitativos os três períodos (de 2007 a 2020) vivenciados pela Universidade discutindo sua política de cotas. Fazem a defesa dessas políticas, como meio de garantir o acesso ao ensino superior e indicam que no período analisado há avanços, mas também retrocessos que precisam ser superados.

Por fim, "**Ciclo de vida profissional de Assessores Pedagógicos do ensino superior: uma análise a partir da configuração de um grupo de autoformação para a função**" Amanda Rezende Costa Xavier (Unifal/MG) e Maria Isabel da Cunha (UFPel) abordam a Pedagogia Universitária e a atuação profissional de assessores pedagógicos em instituições de ensino superior de distintas instituições. A pesquisa foi realizada nos anos de 2021 e 2022, com aplicação de questionários junto a profissionais que atuam nesta área e estavam vinculadas ao Grupo de Estudos em Assessoria Pedagógica Universitária (GEAPU). O artigo trata da origem, funcionamento e composição do mencionado Grupo e do perfil de seus participantes. Afirmam que este Grupo se configurou como espaço de autoformação e auto-organização de assessores pedagógicos.

Concluindo, reforçamos o convite à leitura das pesquisas apresentadas nesta edição, bem como o chamado para o apoio à luta do povo palestino e pela defesa da formação docente pública e de qualidade!

Editoras Científicas

Jocemara Triches

Celia Regina Vendramini

Diana Carvalho de Carvalho

Eneida Oto Shiroma

Juliana Cristina Faggion
Bergmann

Patricia Laura Torriglia

Referências

ALTMAN, Breno. *Contra o Sionismo*: retrato de uma doutrina colonial e racista. São Paulo: ed. Alameda, 2023.

BENTO, Berenice. O genocídio palestino e palavras que matam. *Blog Boitempo*, publicado em 06/11/2023. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2023/11/06/o-genocidio-palestino-e-palavras-que-matam/>. Acesso em: 02/07/2025

BENTO, Berenice. Palestinização do mundo. *Blog Boitempo*, publicado em 30/05/2024. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2024/05/30/palestinizacao-do-mundo/>. Acesso em: 02/07/2025

BRASIL. *Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025*. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília: Planalto, 2025a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12456.htm. Acesso em: 02/07/2025

BRASIL. *Portaria MEC nº 381, de 20 de maio de 2025*. Dispõe sobre as regras de transição para a aplicação do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que regulamenta a oferta de educação a distância – EaD por Instituições de Educação Superior em cursos de graduação, e estabelece o calendário de processos regulatórios no Sistema e-MEC para o ano de 2025. Brasília: Planalto, 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/publicada-portaria-com-as-regras-de-transicao-para-ead>. Acesso em: 02/07/2025

CLEMESHA, Arlene. *Marxismo e judaísmo*: história de uma relação difícil. SP: Boitempo, 2025.

CLEMESHA, Arlene. Pensar a Palestina após Gaza: uma breve historiografia da Nakba. *Blog Boitempo*, publicado em 04/10/2024. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2024/10/04/pensar-a-palestina-apos-gaza-uma-breve-historiografia-da-nakba/>. Acesso em: 02/07/2025

HUBERMAN, Bruno. O fim do genocídio virá com o fim do colonialismo israelense. *Blog Boitempo*, publicado em 14/02/2025. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2025/02/14/o-fim-do-genocidio-vira-com-o-fim-do-colonialismo-israelense/>. Acesso em: 02/07/2025

IASI, Mauro Luis. *Meta amor fases*: coletânea de poemas. 2ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, Mauro Luis. Razão e desrazão de uma guerra. *Blog Boitempo*, publicado em 18/10/2023. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2023/10/18/razao-e-desrazao-de-uma-guerra/>. Acesso em: 02/07/2025

INEP. *Sinopse Estatística da Educação Superior de 2022*. Brasília: INEP, 2023.
LOSURDO, Domenico. A esquerda, o sionismo e a tragédia do povo palestino. *Blog Boitempo*, publicado em 14/08/2014

MAKHALFA, Nadim. Políticas e processos da educação básica na Palestina. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 8, n. 14, jan./jun, 2014, p. 209-214. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/386/540>. Acesso em: 02/07/2025

MINHOTO, Maria Angélica Pedra; BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo; AGUIAR, Thiago Borges De. Expansão e mercantilização dos Cursos de Pedagogia: deformação em larga escala de futuros pedagogos. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.40, e42261, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469842261>. Acesso em: 02/07/2025

GLEISER, Tali Feld. 1947, 1967 e hoje: Três marcos da despossessão palestina. *Portal Desacato*. Disponível em: <https://desacato.info/1947-1967-e-hoje-tres-marcos-da-desposseacao-palestina-por-tali-feld-gleiser/>. Acesso em: 02/07/2025

SEKI, Allan Kenji; SOUZA, Artur; EVANGELISTA, Olinda. A formação docente superior Hegemonia do capital no Brasil. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 447-467, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/812/pdf>. Acesso em: 02/07/2025

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez., 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9QPgLZg9NZdCt7vVwBCCyqj/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 02/07/2025

